

Por Regina Céli Assumpção

Integrantes da CPI dos Fundos de Pensão vão tentar mediar uma solução para salvar parte dos recursos investidos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão vistoriou nesta sexta-feira (4) a Usina Canabrava, em Campos dos Goytacases (RJ). A usina, paralisada desde outubro passado, pertence ao Fundo de Investimento em Participações Bioenergia (FIP), cujos cotistas são os fundos de pensão dos Correios (Postalís), da Petrobras (Petros), do Serpro (Serpros) e da Companhia Energética de Brasília (Faceb).

Cerca de R\$ 700 milhões já foram investidos no grupo Canabrava Bioenergia desde 2008, para produção de álcool e exportação de energia. A CPI constatou, no entanto, que os fundos de pensão não obtiveram qualquer retorno pelos investimentos.

A usina está sendo investigada por suspeitas de supervalorização de ativos, dívidas trabalhistas e com fornecedores, desvio de recursos que deveriam ser destinados a obras, manipulação contábil e insolvência das empresas. As denúncias chegaram de fornecedores e da imprensa.

Retorno dos investimentos

O presidente da empresa, Ludovico Giannattasio, e o gestor do FIP e diretor da usina, Antônio Melo, prestaram depoimento à CPI. Eles afirmaram que a situação é de normalidade, sem dívidas, e que o dinheiro será recuperado, porque a empresa está em fase de investimento. Os empresários informaram que os investimentos só terão retorno, porém, a partir de 2021.

A CPI vai tentar mediar alguma solução para salvar parte dos recursos investidos e também os empregos diretos e indiretos que as usinas geraram.

Na vistoria, os parlamentares constataram que a Usina Canabrava não tem condições de voltar a funcionar em breve, mesmo se tiver safra de cana e mais recursos.

Sobrevoos

A comitiva da CPI também sobrevoou a Usina Só Brasil, uma das usinas compradas pelo grupo, que não chegou a operar. Representantes da empresa, que acompanharam a visita, entregaram dados sobre as dívidas e as contratações de pessoal, serviços e empresas.

O grupo tem uma dívida trabalhista de R\$ 6 milhões e recebeu, em 2015, R\$ 3 milhões em taxa de administração.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 04.03.2016.